

TERRITÓRIO, REDES E DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE COMPETITIVIDADE TERRITORIAL

TEIXEIRA, Tiago Roberto Alves¹

RESUMO: Com o aprofundamento das desigualdades sociais causado principalmente pela crise do sistema fordista e sua transformação para um sistema de acumulação flexível, tem-se um crescimento de discussões pertinentes às políticas públicas de desenvolvimento local. Discussões estas que veem nos territórios e em suas redes os subsídios para um desenvolvimento endógeno. Dentre as diversas políticas públicas abordadas, destacam-se aqui as discussões em torno da governança territorial nos arranjos produtivos locais. O termo governança territorial pode ser conceituado como um sistema de redes materiais e imateriais, onde seus nós são constituídos por instituições públicas e privadas, pela sociedade, por autoridades locais e por empreendedores, visando a troca de informação e experiência, a inovação, a competitividade, por fim o desenvolvimento local (DALLABRIDA E BECKER, 2003). No Brasil diversas modalidades de governança territorial têm surgido identificadas em comitês de bacias hidrográficas, câmaras setoriais, conselhos regionais de desenvolvimento, circuitos turísticos, arranjos produtivos locais entre outros. Desta maneira este trabalho tem como objetivo realizar uma breve discussão sobre governança territorial, mais especificamente nos arranjos produtivos locais e sua relação com o território, as redes e desenvolvimento endógeno. A metodologia basicamente de cunho teórico, está embasada em livros, artigos e monografias que abordam o tema.

Palavras-chave: Arranjo produtivo local. Território. Governança territorial. Desenvolvimento.

TERRITORY, WEBS AND DEVELOPMENT: CONSIDERATIONS ABOUT TERRITORIAL COMPETITIVENESS

ABSTRACT: With the deepening of social inequalities caused mainly by the crisis of the Fordist system and emergence of a system of flexible accumulation, has been a growth in public policy discussions pertaining to local development. Discussion that see in the territories and their networks, subsidies for endogenous development. Among the various public policies addressed here will be analyzed the discussions of the Territorial governance in local clusters. The term territorial governance can be conceptualized as a system of material and immaterial networks, where its nodes are composed of public and private institutions, society, and by local entrepreneurs, aiming for the exchange of information and experience, innovation, competitiveness finally the local development. (Dallabrida and Becker, 2003) In Brazil, various forms of territorial governance have emerged in committees identified Watershed, sectoral chambers, regional development councils, tours circuits, cluster among others. Thus this work aims to conduct a brief discussion of territorial governance, specifically in local clusters, and their relationship with the territory, networks and endogenous development. The methodology basically theoretical is based on books, articles and monographs that address this subject.

Key words: Cluster. Territory. Territorial Governance. Development.

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Instituto de Geociências e Ciências Exatas Universidade Estadual Paulista – Unesp campus de Rio Claro - São Paulo. Bolsista CAPES. E-mail: tiago.porto@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Com a crise do sistema capitalista fordista e a emergência do sistema de acumulação flexível os espaços urbanos e rurais, os territórios, os lugares e as regiões têm sido modificados, há de se aceitar que muito mais vastos e complexos são os campos de estudos dos pesquisadores, principalmente dos geógrafos que assistem mudanças de escalas espaciais e temporais, em face de um sistema que busca incansavelmente a supressão dos mesmos.

Devido a crise do fordismo no final da década de 1960, particularmente nos Estados Unidos e Europa, mudanças eram necessárias na busca de suprir os problemas gerados pelos mercados internos já saturados, assim vemos uma intensificação da internacionalização do mercado, já que uma das saídas seria expandir o mercado consumidor e por meio de inovações diversificar a produção. Este fato gerou e tem gerado uma expansão das redes materiais e imateriais, jamais vista anteriormente, culminando, portanto em um mundo muito mais globalizado e mundializado² e em um aumento da competitividade.

Neste contexto muitos pesquisadores discutem que tem ocorrido a emergência de uma economia do conhecimento (VALE, 2009). Neste caso a informação se torna um dos recursos mais importantes para as empresas, informação a qual gera inovação, fator decisivo no mercado competitivo. Inovação que pode ser conceituada como:

Inovações Tecnológicas em Produtos e Processos (TPP) compreendem as implantações de produtos e processos tecnologicamente novos e substanciais melhorias tecnológicas em produtos e processos. Uma inovação TPP é considerada implantada se tiver sido introduzida no mercado (inovação de produto) ou usada no processo de produção (inovação de processo). Uma inovação TPP envolve uma série de atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais (OCDE, 1997, p.54).

Analisando os Planos Plurianuais no site do Ministério da Ciência e Tecnologia nota-se que no Brasil os investimentos em inovação estão crescendo como nunca. A partir do ano de 2000, todos os Planos Plurianuais de investimento do governo federal discutiram sobre a necessidade de se investir em inovação para aumentar a competitividade das empresas brasileiras. Desta forma a informação ganha importância, pois faz parte do processo de inovação, assim sua busca se torna primordial.

É o que o sistema impele a ser feito, um consumismo exacerbado contínuo em virtude dos novos produtos lançados todo mês, produtos sempre com uma nova informação materializada.

²Globalização e mundialização são aceitas aqui conforme a visão apresentada por Sposito (2004), onde globalização se refere à homogeneização dos usos e costumes, enquanto mundialização se remete à internacionalização das relações capitalistas de produção.

As empresas transnacionais que possuem o controle do mercado são as que mais investem em pesquisa e inovação. Empresas como a Nike, Rebook, Adidas, Apple, Microsoft, Sony, Toshiba, Ford, Chevrolet e etc., lançam novos produtos, sempre inovados, tênis com um novo sistema de amortecimento, computadores mais rápidos, menores e mais leves, TVs maiores e mais finas com imagens 3D, carros ecologicamente corretos, mais econômicos e velozes, entre outros.

Pensar na globalização somente como um fenômeno que afeta as esferas globais seria um erro, pois estaríamos ignorando o fato de que as transformações globais modificam as esferas locais e regionais. Desta forma em meio a toda esta modernidade faz-se necessário discutir a dialética da globalização³, analisada por Milton Santos (1994) e Ribeiro (1995) ao discutirem o conceito de lugar.

Estes autores compreendem que a globalização pode gerar processos caracterizados por desigualdades criando excluídos econômicos, políticos, religiosos, culturais dentre outros, vistos principalmente nas esferas locais, nos lugares. No contexto econômico, por exemplo, questiona-se como poderiam pequenas e médias empresas competirem com indústrias transnacionais que produzem produtos a tão baixo custo e investem maciçamente na inovação e propaganda? A informação também é dialética, pois ao mesmo tempo em que pode ter um meio de desenvolvimento e solidariedade, pode ter um mecanismo de controle e dominação.

Ao contrário de uma globalização e mundialização precursora de uma igualdade social, vê-se um crescimento das desigualdades sociais, levando muitos geógrafos, cientistas sociais e economistas a discutirem sobre políticas públicas e desenvolvimento local direcionados principalmente à questão da geração de empregos e de medidas de preservação ambiental.

Pecqueur (2009) também analisa a mundialização como sendo dialética, afirmando que há paralelamente um desenraizamento global e um enraizamento local e vice-versa. Sendo neste contexto que as empresas locais na busca em resistir ao mercado competitivo global com as grandes corporações passam a se organizar em redes de cooperação, surgindo as aglomerações industriais (no Brasil chamados de arranjos produtivos locais, na Itália Distritos Industriais, na França Sistemas Industriais e nos EUA conhecidos como clusters), as quais reforçam suas vocações econômicas locais (enfatizam a importância do produto o relacionando com o território) trazendo nesta “ressurreição” do local/lugar o discurso do desenvolvimento territorial⁴ de caráter endógeno.

³Milton Santos analisa a globalização em um viés tanto cultural quanto econômico.

⁴Pires e Verdi (2008) entendem o desenvolvimento territorial como sendo um processo de mudança social de caráter endógeno nos Estados Nações capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária e de conduzir, de forma integrada e permanente, à mudança qualitativa e à melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região (Pires e Verdi, 2008, p. 46).

Desta maneira, este artigo tem como objetivo traçar breves considerações conceituais sobre a relação existente entre o território, as redes e a competitividade territorial na temática dos arranjos produtivos locais. Para tal, o texto será dividido em três partes. Na primeira parte será discutido o conceito de território e o conceito de redes, correlacionando ambos à questão do desenvolvimento endógeno.

Na segunda parte será discutida algumas características do sistema capitalista de acumulação flexível quanto à competitividade e o território. Por fim, na terceira parte serão traçadas algumas considerações finais.

Por ser um trabalho de cunho teórico, a metodologia está fundamentada em livros, artigos e teses que tratam dos temas aqui discutidos.

TERRITÓRIOS, REDES E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA SUCINTA DISCUSSÃO

Várias são as abordagens em torno do conceito de território, conforme diferentes pesquisadores e suas linhas de pesquisa. Com Ratzel território na Geografia Tradicional foi abordado como sinônimo de Estado-Nação demarcado por fronteiras (MORAES, 1999).

Porém, com os avanços tecnológicos ocorreu uma maior emergência de sistemas de redes e conseqüentemente os territórios passam a ser analisados e conceituados por diferentes vieses, ou seja, para além da visão de um território somente material, concreto, face à complexidade do sistema capitalista.

[...] O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária que, incessantemente e constantemente reforma o mundo em que vivemos [...] (HARVEY, 2005, p.43).

Claude Raffestin (1993) em seu livro “Por uma Geografia do Poder” ganhou destaque no meio acadêmico geográfico por enfatizar o conceito de território por meio das relações de poder existentes na sociedade. Esse autor analisa o conceito em uma dimensão política e econômica, afirmando que por território entende-se como “o espaço onde se projetou trabalho, seja energia e informação, revelando conseqüentemente relações de poder” (RAFFESTIN, 1980, p. 161-162).

Raffestin (1993), calcado nos estudos de Foucault (1979) discute que poder é uma relação entre indivíduos, sendo uma combinação entre energia e informação, a qual se manifesta por meio do trabalho. Essas relações de poder vão formar os territórios, demonstrado que as origens dos territórios estão relacionadas com as relações de poder de acordo com energia e informação empregada, como se vê na citação abaixo.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Interessante notar que as discussões de Foucault (1979) em torno do poder englobam desde uma escala local a uma escala global, pois o autor traz para o escopo da discussão a relevância das redes nas trocas de poder;

[...] o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão [...] (FOUCAULT, 1979, p.183).

As reflexões não cessaram, e podemos ver avanços através de autores como Marcos Aurélio Saquet (2007) e Rogério Haesbaert (2004) que percebem a importância de se analisar não somente as dimensões política e econômica, como Raffestin, (1993), mas também a dimensão cultural e natural (as relações homem/natureza) no processo de territorialização e da territorialidade⁵.

[...] O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários [...] (SAQUET, 2003, p. 24).

Partilhando esta visão, pode-se concluir que o objetivo principal em um estudo territorial seria identificar e analisar os atores e suas relações de poder e como a “energia e informação” têm sido funcionalizadas no cerne do território por meio das redes. Todo território tem um “caráter”, possui características únicas materiais e/ou imateriais impressas pelas relações de poder entre os indivíduos e/ou instituições, relações que se dão por meio das redes, não havendo território sem redes.

O geógrafo Milton Santos (1997) classificou rede em seu aspecto material (infraestrutura) e social-política (imaterial - pessoas, mensagens e valores), rede técnica e rede social. O sociólogo Manuel Castell conceituou as redes como sendo:

⁵Saquet (2007) entende territorialidade como as relações diárias momentâneas entre os homens e a natureza orgânica e inorgânica, necessários para a sobrevivência; é o acontecer de todas as atividades no cotidiano produzindo território, “aquilo que faz de qualquer território um território”.

[...] um conjunto de nós interconectados. Nó é um ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia. São campos de coca e papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro, na rede de tráfico de drogas que invade as economias, sociedades e Estados do mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação (CASTELL, 1999, p. 498).

Interessante abordagem pode ser vista em Dias (1995) que discute sobre a dialética existente no bojo das redes, pois esta têm o poder de excluir ou de solidarizar, de impor ordem e desordem, já que muitas informações não estão disponíveis a todos, desta forma pode-se ver uma implicância das redes ao desenvolvimento. Se a transmissão de informações se dá por meio das redes, pode se pensar nesta como condição (não única) para o desenvolvimento. Surgem, portanto discussões na geografia econômica e política que veem as redes como subsídio gerador de condições para um desenvolvimento. Pires e Verdi (2008) entendem o desenvolvimento como sendo:

[...] um processo de mudança social de caráter endógeno nos Estados Nações, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária e de conduzir, de forma integrada e permanente, a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região (PIRES E VERDI, 2008, p. 46).

É neste contexto que geógrafos apoiados na teoria da regulação, elaborada principalmente por Boyer (1990), Lipietz (1988) e Aglietta (1982) começam a discutir o papel central das estruturas de coordenação e regulação nos arranjos produtivos locais, o sistema de redes, a qual articula diversos atores com um interesse em comum, particularmente as instituições como recurso específico gerador de vantagens competitivas para os locais, a geografia da proximidade em redes de inovação.

O TERRITÓRIO COMO RECURSO ESPECÍFICO GERADOR DE VANTAGEM COMPETITIVA

No bojo da Geografia Econômica crescem discussões que veem no território local e em seu sistema de redes as condições para a criação de vantagens competitivas e, conseqüentemente o desenvolvimento local. Ou seja, como a governança territorial gera condições para o desenvolvimento endógeno.

No Brasil, Dallabrida e Becker (2003) conceituam governança territorial como um meio de articulação construída através das redes entre os cidadãos e grupos a partir dos consensos mínimos acontecendo por meio de diferentes atores nas instituições e organizações da sociedade civil manifestas por meio das redes de poder, visando a tomada de decisões para o interesse comum.

Na França, Georges Benko (1996) analisa a governança como sendo uma forma de regulação entre a materialidade da aglomeração urbana e o governo, a legislação e a ação estatal, regulações mercantis e não-mercantis, a sociedade civil e a sociedade política local, conectados por meio das redes.

Portanto, a governança territorial seria uma modalidade de desenvolvimento local caracterizado por um sistema de redes onde seus nós são formados por agências públicas e privadas, atores políticos, sociedade e empresários que trocam informações e, cooperando entre si, inovam, tomam decisões objetivando o desenvolvimento, já que a organização em rede é construída em torno de noções de parceria, relações contratuais, cooperação e etc. (STORPER e HARRISON, 1991; BENKO, 1996; DALLABRIDA E BECKER, 2003).

Diferentes modalidades de governança territorial são identificadas no Brasil, como nas Câmaras de Desenvolvimento Regional, nos Circuitos Turísticos, nos Comitês de Bacias Hidrográficas e nos Arranjos Produtivos Locais. Neste artigo, como já dito anteriormente, será analisado o arranjo produtivo local e sua modalidade de governança.

No Brasil os arranjos produtivos locais (APLs) são conceituados de acordo com o SEBRAE como:

[...] aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2003, p. 17).

Nos arranjos produtivos locais, a governança territorial é marcada por diferentes atores que juntos buscam o desenvolvimento local, atores estes que podem ser o governo municipal e/ou estatal, empresários, sindicatos, políticos, sociedade civil, organizações não-governamentais, entre outros. Estes atores se articulam em redes sociais e materiais visando um objetivo em comum. Pecqueur (2009) destaca que as redes abertas, redes estas onde ocorrem trocas de informações e experiências, encontradas nestes arranjos produzem solidariedade ao romper o isolamento entre as empresas facilitando a circulação da informação, reforçando a estrutura financeira e dividindo custos de pesquisas. Mas, quais seriam as razões pelas quais muitos consideram a governança como fator importante para o desenvolvimento destes arranjos?

Nos arranjos produtivos locais a governança territorial é considerada por muitos como um recurso específico de vantagem competitiva, pois através da governança as empresas interligadas aos órgãos públicos e privados – órgãos governamentais, empresas,

associações empresariais, instituições de crédito, universidades, entre outros – em um sistema de rede, interagem, geram vínculos, cooperam entre si, geram aprendizado e inovação e, conseqüentemente desenvolvem-se.

A governança é vista como uma vantagem competitiva, sendo que as relações diárias entre seus diferentes agentes produzem de alguma maneira uma atmosfera propícia ao desenvolvimento. Becattini (1994) discute sobre as condições que geram esta atmosfera, condições que são praticamente a territorialidade do local. Entre os pontos discutidos pelo autor destaca-se: a comunidade com valores – trabalho, ética, reciprocidade – e pensamento – mudança, família – relativamente homogêneos, onde o que prevalece é o interesse superior da comunidade, uma população de empresas enraizadas no território, recursos humanos flexíveis, um sistema adaptável, inovações tecnológicas, sistema de créditos, elementos de dinamismo e, por fim, a consciência de uma comunidade geográfica assim como da classe social e da localidade. Aspectos este formados pelas relações de poder existentes entre os diferentes atores locais e pelas relações que se dão nas dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais (BECATTINI, 1994).

A governança é analisada por Benko e Pecqueur (2001) como um recurso específico. Para os autores este recurso surge a partir das organizações locais, com o propósito de gerar estratégias para resolver problemas inéditos, ancoradas no território (instituições, regras, convenções). No entanto, algumas considerações críticas devem ser feitas quanto à governança territorial. Assim, surgem algumas indagações: tem-se visto decisões na direção do bem comum ou de um determinado grupo social? A sociedade e as entidades públicas têm poder de decisão? As redes, neste caso, são somente produtoras de condições para o desenvolvimento e não para o controle e domínio do território visando o interesse de alguns?

Teixeira (2010) ao estudar a estrutura de regulação e coordenação do Arranjo Produtivo Local Médico-Odontológico do Município de Campo Mourão (PR) chega a algumas conclusões que respondem certos questionamentos. O arranjo de Campo Mourão se destaca pela produção de produtos médico-odontológicos como autoclaves, filtros para hemodiálise, indicadores biológicos, entre outros. Este aglomerado de 14 empresas é marcado por uma gestão público-privada onde o Município juntamente com empresários criaram diversos incentivos legislativos para que o arranjo produtivo pudesse se modernizar e também desenvolver o município, porém o autor conclui que estas relações público-privadas no sistema de gestão local simplesmente buscaram beneficiar uma determinada classe social e cumprir seus interesses e não o da população do Município, já que o arranjo produtivo local por meio da governança conseguiu implantar leis, influenciar a abertura de cursos em faculdades, ganhar incentivos municipais (terrenos, barracões, isenção de leis, e dinheiro), onde já se foi investido mais de R\$ 6 milhões do dinheiro público tendo como retorno a geração de somente 200 empregos.

Como afirmado anteriormente, as redes são dialéticas e podem dar condições ao desenvolvimento ou ao controle e dominação, portanto há de se analisar a governança territorial tanto como uma articulação territorial visando o bem comum e o desenvolvimento endógeno solidário, como um instrumento que objetiva a concretização de benefícios a somente uma determinada classe social, legitimando seus interesses como algo socializado e aceito por todos.

Outro fator que auxilia no aumento da competitividade é o fato de que a territorialidade local é composta por fatores histórico-culturais específicos que podem ser usados na competitividade, por isso classificada como uma entidade sócioterritorial com uma identidade coletiva.

Pecqueur (2009) analisa os arranjos produtivos locais e o território onde percebe haver um enfoque não mais no empresário, mas sim no meio empreendedor inovador com caráter endógeno, dando a idéia de que não somente o produto é vendido, mas por meio da cooperação o território torna-se o produto a ser vendido.

Outra característica abarcada pelo autor é o fato dos agentes locais incorporarem fatores culturais nas escolhas estratégicas da produção e trocas, onde como escape da concorrência se procura criar o específico, único (uma vantagem diferenciadora e não mais comparativa).

Como exemplo, pode-se citar a cidade de Porto Ferreira no estado de São Paulo. O município se destaca pela produção de louças artísticas decorativas de produção semi-artesanal onde, de acordo com Forjaz (2005), as primeiras atividades ceramistas no município se deram com um grupo de imigrantes italianos compostos por Paschoal Salzano, Pedro Patire e Jacob Mondim, os quais com poucos investimentos montaram a Fábrica de Louças Porto Ferreira S/A em 1921. O que levou estes imigrantes a iniciarem a indústria foi o fato de possuírem algumas habilidades e conhecimentos sobre o processo da produção ceramista, conhecimentos herdados da Itália, além do local ser propício à extração da argila, matéria-prima utilizada na sua produção.

Foi a partir desta empresa que foram criadas outras empresas no mesmo período, dando origem ao arranjo produtivo local de cerâmica artística de Porto Ferreira com um total de 96 empresas (SINDICER, 2010). A cidade é conhecida como a capital da cerâmica artística, sendo que o município usa este fato histórico – produtos originados da cultura italiana, produção semiartesanal e produtos únicos – aliando a imagem do território à venda do produto, criando um recurso para o processo de competição no mercado. Como afirma Becattini (1994), nos distritos industriais o empresário puro procura transformar a herança histórica local em produtos, sendo uma espécie de capital flexível. Não há como se negar que estas empresas são importantes para o município, haja vista que as indústrias de cerâmica geram cerca de 2.850 empregos diretos, em média 50% do total de empregos gerados no setor industrial do município (RAIS, 2010).

Outro fator que demonstra a relevância do arranjo local é revelado a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (2009), os

quais demonstram que os produtos cerâmicos foram responsáveis por 54,39% das exportações no município em um valor estimado de R\$ 1.932.536,00. Isto em um município com cerca de 55 mil habitantes. Podemos apontar também que o APL possui um elevado índice de inclusão de pessoas do sexo feminino em seu processo de produtivo. No setor industrial do município cerca de 40% das pessoas empregadas são mulheres (RAIS, 2010).

Desta maneira pode-se perceber que os arranjos produtivos locais são uma das facetas do sistema capitalista de acumulação flexível. Estes arranjos têm como fonte geradora de vantagens competitivas a territorialidade local, a qual envolve questões culturais, econômicas, políticas e até mesmo naturais, como exemplo, os circuitos turísticos. Exploram-se as imagens do território e da cultura local como um recurso a ser comercializado.

CONCLUSÕES

Apesar de um crescimento intenso da articulação das redes em escala global, vê-se uma ressurgência dos territórios locais, que configurados em redes de informações materiais e imateriais buscam explorar suas especificidades visando o desenvolvimento.

As discussões de Raffestin (1993) sobre o conceito de território como relações de poder, onde o mesmo é visto como energia e informação, quase sinônimo de trabalho, se encaixam nas discussões sobre desenvolvimento local. As relações de poder que vão se apropriar do espaço formando o território devem ser analisadas à luz das dimensões relacionais apontadas por Saquet (2007): econômica, política, cultural e natural, as quais percorrem as redes.

As modalidades de governança territorial se apropriam da territorialidade como um recurso potencializador de desenvolvimento econômico, possuindo em seu sistema de rede, nós formados pelo Estado, por entidades privadas e pela sociedade. Isto demonstra que as redes podem ter uma importante funcionalidade no desenvolvimento local, pois transmitem informação, podendo com isso criar condições para o mesmo, podendo também ser uma arma de controle e dominação de uma determinada classe social ou do mercado capitalista.

Afirma-se, mesmo que superficialmente e de uma maneira não determinista, que existe uma relação entre a densidade de energia e informação, ou qualidade do trabalho e a densidade de redes no território, onde quanto maior o número de redes abertas maior será a energia e informação, melhor será a qualidade do trabalho e, provavelmente, melhores serão as condições de desenvolvimento local, daí a importância da governança territorial para políticas públicas de desenvolvimento, desde que essas não sejam um instrumento político de uma classe dominante.

A governança pode ser de grande valia à população quando a sociedade civil tem participação nas decisões, fato difícil de ser visto no Brasil, desta forma podemos pensar na governança como um instrumento de poder da classe dominante, já que são estes que têm participado nas decisões tomadas. Assim, chama-se a atenção para o quadro apontado por Poulantzas (apud HARVEY, 2005) onde o autor afirma que o poder do Estado pode ter toda a aparência de autonomia em relação às classes dominantes, porém pode expressar unicamente seus interesses. Neste caso o interesse da classe dominante, de alguma forma, se transforma num interesse geral ou comum, porém é ilusório (muitas vezes o discurso do desenvolvimento local), já que não atende aos interesses da sociedade em geral, mas sim da classe dominante.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. **Régulation et crisis du capitalisme**. Paris: Calmann - Lévy, 1982.
- BECATTINI, G. O distrito Marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, G; LIPIETZ, A.(Org.). **As regiões ganhadoras distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Portugal: CELTA,1994. p. 71-105.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.
- BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. **Relação Anual das Informações Sociais – RAIS**. Disponível em http://www.mte.gov.br/pdet/o_pdet/reg_admin/rais/apres_rais.asp. Acesso dia 04/03/2012.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. In: **Desenvolvimento em Questão**, a. 1, n. 2, jul./dez./2003, p. 73-98.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de. et all. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A produção do Espaço Capitalista.** São Paulo: Annablume, 2005.

IZIQUÉ, C. **Novo Molde de Desempenho Industrial.** Disponível em <<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=1398&bd=1&pg=1&lg=>>. Acesso em: 19/03/2010.

LIPIETZ, A. **De la régulation aux conventions:** le grand bond en arrière? In: *Actuel Marx*, n. 17, 1995.

LIPIETZ, A. Reflexões Sobre uma Fábula: por um Estatuto Marxista dos Conceitos de Regulação e de Acumulação. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 87- 109, 1988.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo.** Disponível em: <http://www.finep.gov.br/imprensa/sala_imprensa/manual_de_oslo.pdf> Acesso em 20/09/2011.

PECQUEUR, B. A Guinada Territorial da Economia Global. In: **Política e Sociedade**, n. 14, p. 78-106, abr. 2009.

PIRES, E. L. S.; MÜLLER, G.; VERDI, A. R.. Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: Delineamento Preliminar dos Aspectos Teóricos e Morfológicos. **Geografia**, Londrina, v.31, n. 3, p. 437-454, 2006.

PIRES, E. L. S; VERDI, A. R. As Dinâmicas Territoriais Locais na Globalização: Aspectos Conceituais e Metodológicos. **Geosul**, v. 23, p. 33-53, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, W. C. A Quem Interessa a Globalização. **Revista ADUSP**, n. 2, p. 18-21, 1995.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo:** Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.

SANTOS, M. Por uma Geografia das Redes. In: **A natureza do espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SPOSITO, E. S. **Redes e Cidades.** São Paulo: UNESP, 2008.

STORPER, M. Desenvolvimento Territorial na Economia Global do Aprendizado: o Desafio dos Países em Desenvolvimento. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana:** o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

STORPER, M. **The Regional World: Territorial Development in a Global Economy**. New York: Guilford Press, 1997.

STORPER, M.; HARRISON, B. **Flexibility, Hierarchy and Regional Developments: the Changing Structure of Industrial Production Systems and their Forms of Governance in the 1990s**. *Research Policy*, North-Holland, v. 20, n. 5, 1991.

SINDICER. **Sindicato da Indústria de Produtos Cerâmicos de Louça de Pó, de Pedra, Porcelana e da Louça de Barro de Porto Ferreira**. Disponível em <<http://www.sindicer.com.br>>. Acesso em: 10/03/2010.

TEIXEIRA, T. R. A. **A Estrutura de Regulação e Coordenação do Arranjo Produtivo Local Médico-odontológico do Município de Campo Mourão – PR**. 2010. Monografia (Bacharelado em Geografia) – FECILCAM, Campo Mourão.

VALE, MARIO. Conhecimento Inovação e Território. **Finisterra**, v. XLIV, n. 88, p. 9-22, 2009. Disponível em <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/números/2009-88/88_01.pdf>. Acesso dia 27/07/2012.